

CONTEXTO

VALDIR CAMPOS COSTA, especial para o Diário

Reformas: mão única para o real

As transformações sociais de nossa história jamais se concretizaram sem exigir sacrifício de quem as reivindicou, para depois beneficiá-los com seus efeitos positivos. Assim, não se deve esperar que o Brasil chegue ao confortável patamar do equilíbrio social e da estabilidade econômica sem conceder parcela de sofrimento, pulverizado em diversas acomodações de mercado.

O real demonstrou uma eficiência singular. São três anos e meio de moeda forte, que a princípio deu ao brasileiro um aumento ilusório de poder aquisitivo. A ilusão não foi uma farsa, mas um sentimento quase esquecido por um povo acostumado à inflação desenfreada. Ao mesmo tempo, o trabalho recuperava sua condição de gerar renda. Investir em produção passou a ser uma opção mais apropriada que viver dos rendimentos.

O lado perverso da nova economia foi a abertura para importações, requisito para quem se candidatou à globalização. Tecnologia e qualidade estrangeiras ocuparam prateleiras e pátios, impondo à indústria uma única tendência: a competitividade.

A evolução tecnológica não é o bastante neste processo de desenvolvimento produtivo. A fórmula é mais complexa e um tanto cruel no aspecto humano. A busca da competitividade requer menor custo de produção, o que se traduz em melhor aproveitamento de insumos e menor demanda de pessoal. Daí o desemprego na indústria. No entanto, houve a expansão de outros segmentos, como o de serviços, que não conseguiram absorver os excluídos do mercado de trabalho, por causa da descentralização da demanda e da falta de especialização.

Cada célula social tem de assumir sua responsabilidade e o ônus das mudanças, sem apelar para a retórica político-eleitoral que vai do populismo ao corporativismo. São quatro as matérias de maior urgência: reformas previdenciária, administrativa, tributária e política. São estas as emendas que precisam servir de sustentáculos do real. As mudanças consistentes e idôneas serão suficientes para fazer do FMI (Fundo Monetário Internacional) um amparo do passado, que hoje serve ao Sudeste Asiático, onde foi deflagrado o mais recente complô especulativo entre as nações em desenvolvimento.

Enfim, deparamos com um Brasil esfacelado. Fernando Henrique não errou ao dizer, recentemente em São Paulo, que o Brasil carece de unidade e tolerância. Temos de pensar no país como um todo. Se a estabilidade do servidor foi uma conquista de anos de luta, o direito de o cidadão ter condições mínimas de vida foi uma conquista de séculos. Isso vale para absurdos da Previdência, contradições estatais, discrepâncias tributárias e para o picadeiro político que se arma de tempos em tempos no Congresso.

A hipocrisia e demagogia dos parlamentares se escondem sob a defesa do povo. O povo a que se referem determinados políticos não paga imposto de renda, não é servidor público nem tem aposentadoria integral. Afinal, quantos dos 74 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa são funcionários do governo e ganham mais que sete salários mínimos? O que esse povo quer é um país mais justo, menos corporativista. Um país onde as leis sejam genéricas, cabendo ao Judiciário dar-lhes a flexibilidade exigida pelas eventuais exceções.

Portanto, a sinalização já está mais do que identificada e justificada: As reformas são a mão única para o êxito do real. O momento reivindica responsabilidade e isenção política. Unidade e tolerância, eficiência e civismo, trabalho e honestidade são virtudes que cada congresso terá de apresentar para fazer a história do Brasil.

É preciso pagar impostos. Mas é possível fazer uma distribuição mais justa na base de arrecadação. É preciso manter empregos, mas por meio da competência e não à base de regimes protecionistas. Quem trabalha, merece um descanso digno quando deixa o mercado. No entanto, esse é um direito universal que não pode ser deteriorado por privilégios individuais assegurados pelo poder de lobbies. E para que tudo se aproxime da harmonia, temos de criar instrumentos que exijam responsabilidade e coerência de quem nos representa. Que tal reformar nossa política a partir da daí?

● VALDIR CAMPOS COSTA é auditor independente e tributarista, diretor responsável da Conape Auditores Independentes, pós-graduado em Administração/Finanças, membro PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e da Comissão Auditores Independentes - 5ª Seção Regional Ibracon.